

IX ENCONTRO LEITURA PÚBLICA DA AMRS

Participação e Inclusão Social
As bibliotecas como serviço público de qualidade
24 de novembro de 2016 – Auditório Fernando Lopes Graça

A Biblioteca Pública na política cultural dos municípios

Saudações,

Bem vindos ao IX Encontro de Leitura Pública da AMRS. Este encontro é realizado no ano em que se celebram o 40º Aniversário das primeiras eleições autárquicas, ocasião para sublinhar o papel e importância do Poder Local Democrático no desenvolvimento e qualificação das condições de vida das populações e consolidação da democracia, e fazer uma breve referência ao papel assumido pelos municípios ao nível da cultura, num primeiro momento e durante os primeiros anos a nível da animação cultural, dos eventos e acontecimentos festivos e celebrativos, mas muito rapidamente avançando para uma intervenção mais qualificada e diversificada. Com os finais dos anos 70, a entrada nas áreas do património e das tradições, nas práticas de animação cultural contemporânea, a abertura dos primeiros museus de nova geração, as primeiras realizações editoriais, abririam caminho para o desenvolvimento de políticas culturais de amplo espectro, com intervenção alargada a todas as áreas culturais e artísticas.

Os Municípios da nossa região, em articulação com os agentes locais, em particular as coletividades de cultura e recreio e criadores locais podem orgulhar-se de ter realizado um trabalho pioneiro em quase todos os domínios de expressão artístico cultural e, neste contexto, merecem destaque a abertura de pequenas bibliotecas e já as primeiras iniciativas de promoção de leitura pública, quase antecipando a concretização de alguns dos conceitos de promoção do livro e da leitura que vieram a configurar a moldura conceptual associada ao programa nacional das Bibliotecas Públicas lançado em meados da década de 80.

Quando o programa nacional de bibliotecas conhecia os primeiros passos, em 1986, discutíamos no Barreiro a promoção da leitura pública, os programas de dinamização das bibliotecas, as atividades de animação, a necessidade de fundos infantis e juvenis, as feiras do livro nas praias, o circuito do livro (por bibliotecas de instituições), a biblioteca enquanto fundamental recurso educativo – como se viria a concluir em estudos recentes, um recurso importante de promoção do sucesso educativo – os primeiros debates sobre a questão dos fundos documentais, o relevo já então dado à questão das bibliotecas escolares e dos centros de documentação, as questões da formação de pessoal. Contaram as Autarquias com um conjunto de responsáveis bibliotecários e bibliotecárias, portadoras de uma enorme competência profissional e que ajudaram a cumprir um audacioso programa de infra estruturação, a nível de bibliotecas, que colocou o Distrito em lugar de destaque no panorama nacional.

Na AMDS, foi criado o grupo das bibliotecas públicas que desenvolveu um persistente, continuado e frutuoso trabalho, que se tem mantido ao longo de 3 décadas e é, porventura um caso único no País. O debate, a partilha de informação e de boas práticas originou uma massa crítica no então distrito que se repercutiu no desenvolvimento global da região, que cedo apresentou taxas de cobertura no domínio da leitura pública, sem paralelo no País.

Merece aqui referência a ação precursora e pioneira da Biblioteca Municipal do Barreiro, a primeira, no distrito, e uma das primeiras a nível nacional, e que foi verdadeiramente inspiradora da região mas também do próprio modelo que depois se viria a estabelecer no programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

A este propósito uma palavra de homenagem a um conjunto de profissionais que, trabalhando em articulação com os seus eleitos, marcaram, em qualidade, o trabalho da nossa região:

Alexandre Flores, Francisca Trindade, Vera Silva, Fernanda Eunice, Cristina Monteiro, José António Calixto. E ainda a D. Isabel. E a Georgina. E outros.

O Programa da **Rede Nacional de Bibliotecas Públicas** (RNBP) foi criado em 1987 e logo nesse ano entraram 5 bibliotecas (Barreiro, Seixal, Montijo, Palmela, Setúbal e mais 2 no ano seguinte. Foi também numa biblioteca do Distrito que se iniciou a utilização dos fundos em material não livro, a Biblioteca do Barreiro.

A ampliação das ofertas culturais nos concelhos, o apoio à criação e à fruição culturais, a diversificação e robustecimento das políticas culturais municipais foi caminhando, a par e passo, com o reforço do papel das bibliotecas, equipamentos que se tenham desenvolvido e consolidado junto das populações, sendo hoje espaços que faz já parte do quotidiano de muitos municípios. Importa destacar neste contexto a importância do investimento feito em recursos humanos qualificados e no desenvolvimento das redes locais, acima dos valores nacionais, neste dois indicadores, o que constitui um bom exemplo da importância que estes equipamentos têm no âmbito das políticas culturais dos municípios da AMRS e que também traduzem o forte empenho destes municípios na concretização dos princípios do Manifesto da UNESCO que desde a primeira hora subscreveram.

Importa sublinhar que o desenvolvimento das bibliotecas da AMRS através da criação de redes locais, tem sido um investimento de grande impacto para as populações, assumido financeiramente pelas Câmaras Municipais, sem qualquer participação do poder central, e que resulta de políticas que visam caminhar sempre no sentido de uma maior disponibilidade dos serviços de biblioteca atendendo às necessidades das populações e características dos territórios.

O ano em que celebramos o 40º aniversário das primeiras eleições autárquicas, constituição do Poder Local Democrático é também o ano do aniversário dos 30 anos do programa da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, Há que destacar o papel fulcral que os municípios tiveram na criação de uma rede moderna de bibliotecas públicas neste país, e que tiveram depois, e têm, no seu desenvolvimento. Sem o 25 de abril em primeiro lugar que possibilitou a democracia no nosso país e sem a adesão do Poder Local Democrático ao programa para a criação de bibliotecas públicas, não teríamos a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas. Referir a importância do modelo criado (parceria entre poder local e poder central) para a criação de uma biblioteca central em cada concelho, que se constituiu como boa prática para outros programas nacionais que surgiram posteriormente (bibliotecas escolares , teatros ...)

Este é também o ano em que se assinalam os 20 anos do Programa Nacional das Bibliotecas Escolares, operação em que se destaca também o papel dos municípios, através das suas bibliotecas públicas, sendo de sublinhar o seu papel determinante no apoio às bibliotecas escolares, através dos serviços de apoio às bibliotecas escolares SABE, de que a região de Setúbal se orgulha. Todas as bibliotecas dos municípios da AMRS têm SABE, e o seu trabalho tem sido relevante nesta área reflexo de políticas locais que colocam a educação e cultura no centro das políticas governativas locais e que entendem ser a leitura essencial ao percurso educativo e ao desenvolvimento pessoal das crianças e jovens.

O trabalho colaborativo entre as equipas técnicas das Bibliotecas Municipais e os professores bibliotecários dos Agrupamentos de Escolas é hoje uma realidade em franco processo e consolidação.

É importante o papel que as bibliotecas públicas têm tido, e têm, no âmbito da política cultural dos municípios da AMRS, como espaços de democratização do acesso à cultura, de promoção do livro e da leitura, de acesso à informação e ao conhecimento, acesso e promoção da cultura nas suas múltiplas formas e práticas, acesso às TIC, acesso à Internet, espaços de inclusão social, educação e formação ao longo da vida, espaços de acesso a múltiplas atividades culturais.

A destacar, neste contexto, o forte investimento das bibliotecas em atividades de promoção do livro e da leitura, principalmente junto das crianças, quer para o público escolar, quer para as famílias, sendo visível ao nível do número médio de sessões anuais de hora do conto por biblioteca, indicador onde as bibliotecas da AMRS estão muito acima das bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.

A referir também o papel que as bibliotecas têm desempenhado no quadro das políticas culturais, como espaços de inclusão social, tendo o desenvolvimento de redes municipais de bibliotecas correspondido, em muitos casos, à opção política de criar estes equipamentos em territórios socialmente mais desfavorecidos e com menores possibilidades de acesso a bens culturais e atividades culturais valorizando a função social da biblioteca.

(O exemplo, em Almada, da Biblioteca Maria Lamas).

No quadro da intervenção municipal, há que referir as dificuldades/limitações que os últimos anos de crise impuseram aos municípios, e que não deixaram de afetar as bibliotecas uma vez que elas não estão fora do sistema municipal, principalmente porque houve que fazer face a situações dramáticas ao nível do quotidiano de muitos munícipes, assumido a vertente de apoio social a prioridade.

Mas mesmo neste contexto, as bibliotecas, ainda que tenham sofrido alguns reflexos desta situação, não regrediram nos serviços prestados às populações, os mesmos mantiveram-se com qualidade e, em alguns casos até se ampliaram, como é o caso de Almada que inaugura uma nova biblioteca em 2013.

Com os dados que possuímos, considerando o indicador de despesa total corrente por habitante da Rede Nacional de Bibliotecas públicas, verificamos que a despesa corrente dos municípios com as bibliotecas de 2012 a 2015 é superior à da Rede Nacional.

Apesar do decréscimo acentuado verificado de 2012 para 2013, a partir de 2014 este valor tem vindo a subir, e especificamente no que se refere à aquisição de documentos a despesa mantém-se constante nestes anos.

Mesmo num contexto de políticas nacionais que penalizaram fortemente os municípios, constituíram um forte ataque ao serviço público e aos funcionários públicos, as políticas culturais dos municípios da AMRS garantiram que as bibliotecas continuassem a prestar um serviço público de qualidade.

Este nosso Encontro é o momento para refletir sobre o que temos, avaliar, debater ideias, partilhar experiências, conhecer o que outros fazem, de modo a que possamos definir e os objetivos a alcançar no curto e médio prazo atendendo aos novos contextos sociais, às exigências que a atual sociedade nos coloca, e em particular as comunidades para quem trabalhamos. As bibliotecas existem para as pessoas e para servir os seus interesses e necessidades pelo que devemos melhorar a nossa ação ouvindo as pessoas, os públicos, continuando a investir na promoção da sua participação ao nível do desenvolvimento dos próprios serviços de biblioteca, e também ao nível da definição de políticas municipais para o setor.

Neste contexto de melhor conhecer a realidade das bibliotecas, é importante recolher, de modo sistemático, dados estatísticos nesta área, e possuir indicadores que permitam conhecer a realidade das bibliotecas e avaliar o desempenho dos serviços, o seu uso pela população, mas também conhecer o grau de satisfação dos utilizadores. O questionário anual da Direção Geral do Livro, Arquivos e Bibliotecas é um bom instrumento, que nos tem garantido o uso, ao longo do tempo, de um mesmo instrumento de recolha de dados por todas as bibliotecas da Rede Nacional de bibliotecas Públicas.

A análise comparativa dos Indicadores e Números-Chave da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e Bibliotecas da AMRS no período 2012 a 2105 realizada pelo Grupo das bibliotecas da AMRS irá ser partilhada com todos no decurso do encontro. Existindo esta informação disponibilizada anualmente pela DGLAB, é de toda a relevância que a mesma seja analisada e utilizada não só no âmbito da gestão dos serviços de biblioteca mas também no âmbito das políticas municipais.

A produção de estatísticas e a existência de indicadores fazem parte da moderna gestão pública e visam contribuir para uma maior transparência da ação do poder público junto das populações.

Este estudo terá um papel importante para se conhecer a realidade das bibliotecas, para se identificarem pontos fortes e pontos fracos e se poder intervir, para identificar tendências de uso dos serviços e recursos, permitindo assim melhorar a gestão interna das bibliotecas, apoiar a gestão e fundamentar decisões, contribuir para a definição e avaliação de políticas, e consequentemente vir a melhorar os serviços das bibliotecas da AMRS, ao serviço dos cidadãos dos nossos concelhos.

A realização deste estudo comparativo permite sair da nossa realidade, confrontando-a com a de outras bibliotecas a partir dos mesmos indicadores, e conhecer o nosso desempenho face à Rede Nacional de Bibliotecas públicas, que integramos, e para a qual o nosso desempenho também se constitui como um contributo.

A importância dos estudos comparativos prende-se com o facto de nos permitir abrir a outras realidades e de nos possibilitar, por essa via, avaliar o nosso trabalho, e poder melhorá-lo face às boas práticas dos outros. Referir neste contexto, que também a realização de encontros como este, que a AMRS promove em várias áreas de intervenção, e que na área das bibliotecas corresponde já a um longo caminho percorrido - este é o IX Encontro - resultam de políticas de desenvolvimento das bibliotecas da AMRS que sempre incorporaram a partilha de experiências e o contacto com outras realidades quer a nível nacional, quer a nível internacional, de que é um bom exemplo o programa deste encontro.

E, o futuro?

No âmbito das políticas municipais como vamos desenvolver e atualizar as bibliotecas? Como vamos posicionar este recurso fundamental da democracia ao serviço das políticas educativas e de coesão social, de inclusão social, de igualdade de género, de proximidade, da informação, do conhecimento, da fruição cultural, da promoção do livro e da leitura, entre outras?

As bibliotecas públicas têm a sua missão bem definida pelo Manifesto da UNESCO, o qual deve nortear a sua ação e as políticas nesta área, mas atendendo a essa mesma missão a sua ação é cada vez mais fundamental como recurso estratégico de outras políticas municipais que devem não só considerar os espaços físicos e virtuais das bibliotecas, como também as competências aí instaladas que resultam do facto de a maioria das equipas destes serviços serem constituídas por profissionais especializados em áreas tão importantes nos contextos atuais, como, por exemplo, as literacias, a promoção da leitura, o uso das TIC e da Internet, a pesquisa, avaliação e seleção de informação, a formação de utilizadores, principalmente seniores, no uso das TIC.

Muitos desafios se colocam, e o ambiente externo não será por certo o mais favorável, mas temos de continuar o nosso trabalho de melhoria e atualização face ao mundo de mudanças com que temos de lidar.

Para o desenvolvimento de políticas municipais nesta área além de conhecer a realidade atual das bibliotecas relativamente aos seus recursos, temos de conhecer os utilizadores. É necessário refletir sobre quem são os cidadãos que as utilizam, conhecê-los bem e conhecer os usos que estes fazem e querem vir a fazer das bibliotecas e o seu grau de satisfação em relação ao serviço prestado.

As bibliotecas são as pessoas.

Os utilizadores são cada vez mais diversos e as formas de acesso à informação, ao conhecimento e à fruição cultural, são também cada vez mais variadas em função de muitos fatores, entre os quais, a idade, a formação, as mudanças da vida laboral, estar-se empregado ou desempregado, ter mais ou menos tempo livre, existir maior esperança de vida. Temos por isso de investir em conhecer melhor os utilizadores – e aqueles que, não o sendo, o venham a ser, em consequência de ações municipais de captação de novos utentes - das bibliotecas e suas necessidades, e em criar as condições para dar voz às suas opiniões no que diz respeito aos serviços e aos espaços das bibliotecas.

Ainda no âmbito do desenvolvimento das políticas municipais é preciso investir mais na dimensão virtual dos serviços de biblioteca, potenciando e ampliando os serviços disponibilizados através da Internet, sendo o catálogo da biblioteca um serviço base. Cada vez mais a biblioteca pública será física e digital e o seu papel de democratização do acesso à informação, ao conhecimento e à cultura consignado no manifesto da UNESCO, será também fundamental neste novo contexto no que diz respeito ao acesso a conteúdos digitais contribuindo para combater a exclusão social face a novos formatos de conteúdos informativos e culturais. Deveremos ambicionar não só mais visitas presenciais, mas também mais visitas na web.

As redes sociais e o seu uso parece revelar-se uma incontornabilidade. E um enorme recurso para que melhor se cumpra a função primeira e última de uma biblioteca pública: Disponibilizar informação para todos, apoiar o cidadão na sua relação com o mundo, ao nível dos fluxos de informação necessários ao seu bem estar, à sua educação e formação, ao seu lazer também.

Deveremos reforçar o serviço de biblioteca como um serviço público básico que temos de garantir ao cidadão e um serviço público prioritário no contexto das políticas de proximidade, de participação e inclusão social por serem espaços abertos que garantem a equidade no acesso à informação, ao conhecimento e à cultura para todos.

O papel da biblioteca como espaço de encontro e socialização irá adquirir uma importância maior neste novo contexto digital afirmando a biblioteca como espaço comunitário e relacional visando objetivos de promoção da coesão social e da cidadania.

O futuro é o nosso presente!